

Por: **Alexandre Mathias** - Estrategista Chefe, **Bruno Benassi** - Analista de Ativos e **Luciano Costa** - Economista Chefe

Copom eleva Selic em 0,50 p.p., levando a taxa básica de juros de 10,75% para 11,25% a.a., como esperado.

Como esperado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa Selic em 0,50 p.p., para 11,25% ao ano. A decisão foi unânime e o comitê optou por não fornecer uma orientação sobre a próxima decisão.

No Comunicado, o Copom justificou a decisão da seguinte forma:

O **ambiente externo** permanece desafiador, em especial nos EUA — onde há dúvidas sobre os ritmos da desaceleração e da desinflação e, conseqüentemente, sobre a postura do Fed. O cenário externo exige cautela por parte de países emergentes.

Enquanto isso, a **atividade e o mercado de trabalho** seguem apresentando dinamismo.

A **inflação** está acima da meta nas divulgações mais recentes. As **expectativas de inflação** do Boletim Focus encontram-se em torno de 4,6% e 4,0% para 2024 e 2025, respectivamente.

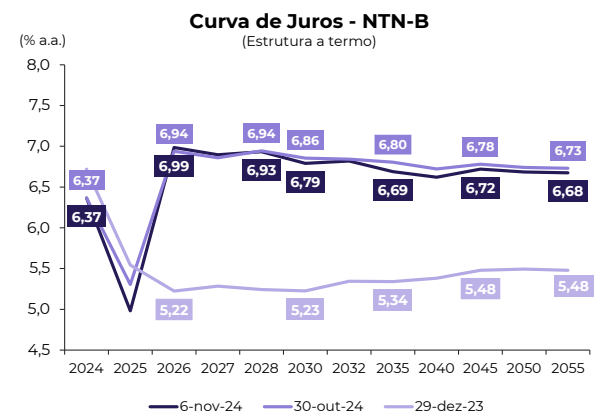
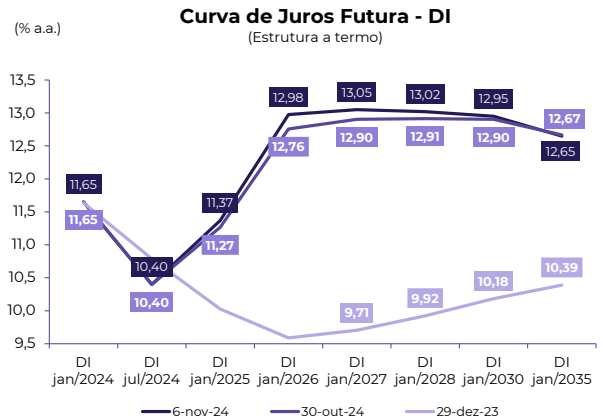
Projeções de inflação: a projeção de inflação do Copom para o segundo trimestre de 2026, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 3,6% no cenário de referência — 0,1 p.p. acima da última reunião.

No que diz respeito aos **fatores de risco**, há **assimetria altista em seu balanço de riscos**. São riscos de alta: (i) desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) maior resiliência na inflação de serviços e um hiato do produto mais apertado; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário, como por meio uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Já os riscos de baixa são: (i) uma desaceleração da atividade econômica global; e (ii) os impactos do aperto monetário sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado.

Quadro fiscal: desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. A percepção dos agentes sobre o cenário fiscal tem afetado os preços de ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco e a taxa de câmbio.

Decisão de elevar a Selic para 11,25% a.a.: cenário — marcado por resiliência na atividade, pressões no mercado de trabalho, hiato do produto positivo, alta das projeções de inflação e expectativas desancoradas — demanda uma política monetária mais contracionista.

Orientação sobre o futuro: o ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo de aperto monetário serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerão da evolução da dinâmica da inflação.



O que isso implica para os investimentos

O Copom decidiu, unanimemente, elevar a taxa de juros de 10,75% a.a. para 11,25% a.a. O comitê citou um balanço de risco assimétrico em função de diversos fatores: (i) ambiente externo desafiador; (ii) quadro de atividade e mercado de trabalho com forte dinamismo; (iii) desancoragem das expectativas; e (iv) piora do risco fiscal, que pressiona o câmbio.

Sobre o impacto do quadro fiscal nos juros: "Os desenvolvimentos recentes da política fiscal impactam a política monetária e os ativos financeiros. A percepção dos agentes econômicos sobre o cenário fiscal tem afetado, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco e a taxa de câmbio. O Comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida, com a apresentação e execução de medidas estruturais para o orçamento fiscal, contribuirá para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, conseqüentemente impactando a política monetária", aponta o Copom.

Conseqüências para os investimentos: Períodos de relaxamento de juros nos EUA são associados a um dólar mais fraco. A eleição de Trump, porém coloca em dúvida este quadro benigno, enquanto a incerteza fiscal levou a uma forte deterioração nos preços dos ativos brasileiros nos últimos meses.

Após a vitória de Trump, a taxa do Tesouro dos EUA de 10 anos subiu para 4,43% a.a. e favoreceu uma valorização do dólar. No entanto, a expectativa de um ajuste fiscal robusto e crível levou o real a ser uma das moedas com melhor desempenho nesta quarta, apreciando 1,3% hoje.

Todavia, após o fechamento do mercado, declarações do presidente Lula colocando em dúvida a extensão dos cortes levaram a um ajuste para cima nos mercados futuros.

As projeções indicam que a relação dívida PIB vai saltar de 71,7% do PIB em 2022 para mais de 82% do PIB em 2025. Um salto de 10 p.p. do PIB é um crescimento explosivo, só aceitável sob guerras ou pandemias.

Diante do risco do dólar passar de R\$ 6,00, as resistências da ala política sobre a necessidade de um ajuste deveriam ter caído.

O mercado segue na expectativa das medidas e, a despeito da prática pouco usual de chamar os representantes das áreas que terão cortes para a mesa, o presidente Lula deverá ser pragmático e entregar um ajuste fiscal robusto, que detenha o crescimento explosivo da despesa e dívida.

Sem isso, a dólar vai passar rapidamente de R\$ 6,00 e vai seguir em alta. Isso geraria uma crise econômica grave, similar à fase terminal do governo Dilma, que dificultaria a perspectiva eleitoral do partido incumbente.

A redução do risco fiscal levaria a uma apreciação do câmbio com impactos positivos sobre todos os ativos brasileiros.

Juros Brasil: a renda fixa segue com ótima relação de risco e retorno em todas as modalidades de indexador (CDI, IPCA e Pré).

Crédito Brasil: perspectiva favorável e representa uma oportunidade para adicionar prêmio e/ou usufruir de veículos com isenção de IR

Fundos Imobiliários: oferecem renda isenta e chance de ganho de capital

Ações Brasil: visão otimista da Monte Bravo virou consenso e o Ibovespa pode superar os 145.000 pontos com o fluxo estrangeiro

Dólar: alta da Selic e o reforço do compromisso fiscal, juntamente com a redução de juros nos EUA, podem trazer o Dólar para R\$ 5,40

IMPORTANTE: A Monte Bravo Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Monte Bravo") é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta mensagem e eventuais anexos podem conter informações confidenciais destinadas a indivíduo e propósito específico, sendo protegidos por lei. Caso você não seja o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, por favor, avise imediatamente o remetente e, em seguida, apegue o e-mail. É terminantemente proibida a utilização, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes neste e-mail. As informações nele contidas e em seus eventuais anexos são de responsabilidade do seu autor, não representando necessariamente ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte da Monte Bravo. Por fim, é imprescindível que o destinatário verifique este e-mail e todos os anexos em busca de possíveis vírus. A empresa/remetente não assume responsabilidade por quaisquer danos decorrentes da transmissão de vírus através deste e-mail.